

# Registros do Mapa de Inclusão Digital: radiografia estatística e indicadores de acesso à internet de centros comunitários digitais no Brasil

## Jane Fontes Gadelha

Tecnóloga em Processamento de Dados pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, PB - Brasil.

Bolsista no Projeto Mapa de Inclusão Digital do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Brasília, DF - Brasil.

*E-mail:* janefg@gmail.com

## Maria de Nazaré Freitas Pereira

Doutora em Ciências Humanas: Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Consultora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT). Brasília, DF - Brasil.

*E-mail:* marianazare@uol.com.br

## Resumo

Exploração da base de dados de registros do Mapa de Inclusão Digital do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) para análises estatísticas e derivação de indicadores de acesso à internet: uso e infraestrutura, territorial na base de localidades e na base de municípios, e densidade de utilização de infraestrutura. As análises estatísticas indicam melhores resultados quantitativos em estados que contam com três níveis de programas de inclusão digital – federal, estadual e terceiro setor. Os indicadores refletem o resultado de políticas públicas de inclusão digital e de infraestrutura de telecomunicações, com clara concentração dos centros públicos de acesso à internet (telecentros e laboratórios de informática nas escolas) no meio urbano.

## Palavras-chave

Análise Estatística. Brasil. Centros Públicos de Acesso à Internet. CPAI. Indicadores. Laboratórios de Informáticas nas Escolas. Mapa de Inclusão Digital. MID. Meio rural. Meio urbano. Telecentros.

## Records of the Map of Social Inclusion: statistical radiograph and indicators of access to internet of digital community centers in Brazil

## Abstract

*Exploration of the database records of the Map of Digital Inclusion of the Brazilian Institute for Information in Science and Technology are presented for the purposes of statistical analysis and derivation of indicators related to Internet access: use and infrastructure, territorial in the district and municipal levels, and density of the infrastructure utilization. Statistical analyses demonstrate better quantitative results in institutions which offer three levels of digital inclusion programs – federal, state and non-profit. The indicators reflect the results of public digital inclusion and telecommunication infrastructure policies, with a clear concentration of public centers of internet access (telecenters and school computer labs) in urban settings.*

## Keywords

*Brazil. Digital Inclusion Map. Indicators. Public Internet Access Centers. PIAC. Rural settings. School computer labs. Statistical analysis. Telecenters. Urban settings.*

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho decorre da atualização substantiva dos registros do Mapa de Inclusão Digital (MID), uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), cujo objetivo é conhecer o avanço da inclusão digital no país, através do levantamento periódico de informações cadastrais sobre locais dotados de computadores conectados à internet, decorrentes de investimentos públicos e de organizações da sociedade civil. Esses locais são denominados Pontos de Inclusão Digital (PID) e correspondem ao que na nomenclatura da International Telecommunication Union (UIT) é chamado de Public Internet Access Point (PIAC), com tradução em português para Centro Público de Acesso à Internet<sup>1</sup>. O trabalho de padronização de nomenclatura desenvolvido por esse organismo internacional está em sintonia com o preconizado no âmbito da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (Genebra, 2003) e da Declaração do Milênio das Nações Unidas (2000), ao reconhecerem que a infraestrutura das tecnologias de informação e de comunicação (TICs) é fundamental para alcançar integração digital. E precisa ser medida por estatísticas e indicadores<sup>2</sup>.

O levantamento de PID, concluído em julho de 2012, indica o total de 28.800 pontos, o que representa aumento de 36% sobre os 18 mil registros existentes em julho de 2010.

Há dois tipos de PID incluídos no levantamento, ambos de acesso público:

<sup>1</sup> PORCARO, Rosa Maria. Indicadores internacionais de acesso comunitário: possibilidades e limites da base de dados MID. Maio/junho 2011. Relatório de bolsista IBICT PCI-BEV.

<sup>2</sup> PORCARO, Rosa Maria; BARRETO, Arnaldo Lyrio. Acessos Público e Comunitário à Internet na América Latina: identificação de tendências e indicadores-chaves. [s.n.t.]. Versão completa. PORCARO, Rosa Maria; BARRETO, Arnaldo Lyrio. Acessos Público e Comunitário à Internet na América Latina: identificação de tendências e indicadores-chaves. [s.n.t.]. Versão reduzida. PORCARO, Rosa M. Tecnologia da Comunicação e Informação e Desenvolvimento de Políticas e Estratégias de Inclusão Digital no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. PORCARO, Rosa Maria; BARRETO, Arnaldo Lyrio. Acesso Comunitário às TICs: uma contribuição ao Manual de Lisboa (Acceso y Uso de las TICs en los centros comunitarios digitales – CCDs) . [s.n.t.].

(i) telecentros/infocentros, PID localizados em organizações de governo ou da sociedade civil para acesso gratuito ao público em geral, e

(ii) laboratórios de informática, PID localizados em redes de ensino público municipal e estadual, e em escolas mantidas pela sociedade civil, para acesso restrito a seus professores, funcionários e alunos.

Essa atualização permitiu realizar uma radiografia estatística de todos os registros existentes no MID para, após seleção dos programas de inclusão digital que não apresentavam regularidade no processo de atualização, aplicar uma solução de *business intelligence* (BI), na Plataforma de Business Intelligence Microstrategy.

A solução de BI possibilitou utilizar categorias e classificações que a equipe do MID já vinha desenvolvendo, há algum tempo, para particularizar as análises estatísticas de acesso às tecnologias de informação e de comunicação (TICs) pela via dos PID, para fins de derivação de indicadores, conforme padrões emanados da ITU. Dentre essas categorias, a solução de BI permitiu separar os PID de acesso ao público em geral (telecentros/infocentros) daqueles de acesso ao público em particular (laboratórios de informática em escolas). Permitiu também empregar conceitos de localidades utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para particularizar a base territorial brasileira.

O trabalho de derivação de indicadores é permitido pela manutenção, na base MID, de milhares de registros de PID instalados no Brasil. Desde sua criação, em 2005, o MID vem sendo constantemente aprimorado, principalmente na base conceitual requerida pelo árduo trabalho de compatibilização.

A singularidade do trabalho que aqui se relata pode ser atestada pela decisão da ITU, no final de 2011, de não mais divulgar indicadores internacionais de acesso à internet pela via dos locais instalados pelo governo<sup>3</sup>. E por uma razão muito simples: a

<sup>3</sup> HOCK, Koay. Report of the Expert Group on Telecommunication/ICT Indicators (EGTI) by the Chair. In: ITU World Telecommunication/ICT Indicators Meeting (WTIM), 9th, 7-9

dificuldade da maioria dos países de coletarem e manterem registros administrativos do que resulta de suas políticas de inclusão digital. Ao todo colaboravam apenas 20 países, de tamanho pequeno ou na condição de cidades-estado. E eles haviam atingido 100% de cobertura de acesso comunitário às TICs, em suas localidades e populações. Contudo, há exemplos de países - México, Chile e Equador - que coletam/divulgam dados de oferta, apesar de problemas de comparabilidade entre si e com outros.

## 2 METODOLOGIA

A atualização dos registros de PID combina a exploração de grandes, médias e pequenas fontes de dados de iniciativas de inclusão digital de todos os níveis de governo e de organizações da sociedade civil.

O trabalho consta das seguintes etapas:

acesso via Google aos portais do governo e da prefeitura dos 27 estados brasileiros, e de duas maiores cidades depois da capital, em cada estado, conforme dados do IBGE;

seleção das seguintes secretarias de estado e de município: educação, cultura, ação social e cidadania, ciência & tecnologia, emprego e renda, e processamento de dados/tecnologia da informação e comunicação;

busca na seção “Programas”, no *site* de cada secretaria, da lista, base de dados ou notícias sobre iniciativas de inclusão digital; a seção encontra-se presente em todos os *sites* pesquisados;

exploração das bases de dados das grandes iniciativas federais: Gesac, TIN-MDIC, Telecentros Comunitários Banco do Brasil, e Programa Mais Cultura-Minc, por eles enviadas diretamente ao MID;

exploração dos *sites* das grandes iniciativas da sociedade civil, como Oi Futuro, Fundação

Bradesco, Telefônica, Petrobrás, Fundação Banco do Brasil e Escolas de Informática e Cidadania do Comitê de Democratização e Informática (EICs/CDI);

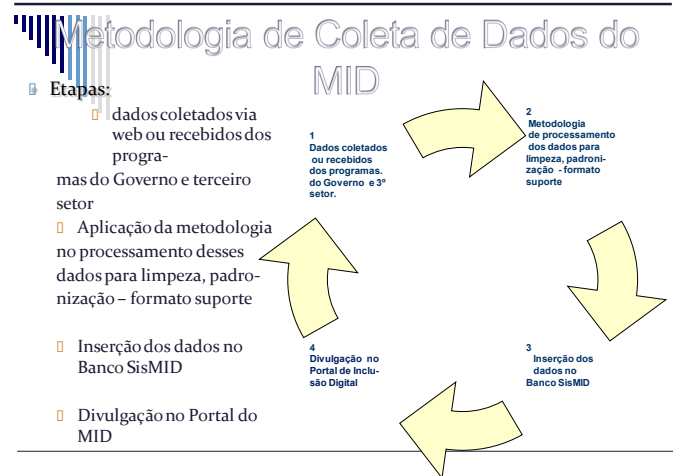
busca em *blogs* e *sites* de inclusão digital e do terceiro setor, como a Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITs), de notícias sobre novos empreendedores sociais de inclusão digital;

inclusão dos dados cadastrais e das iniciativas que apoiam o PID no banco de dados do MID (SisMID).

A figura 1 sintetiza a metodologia de coleta de dados do MID.

FIGURA 1

### Metodologia de coleta de dados do MID



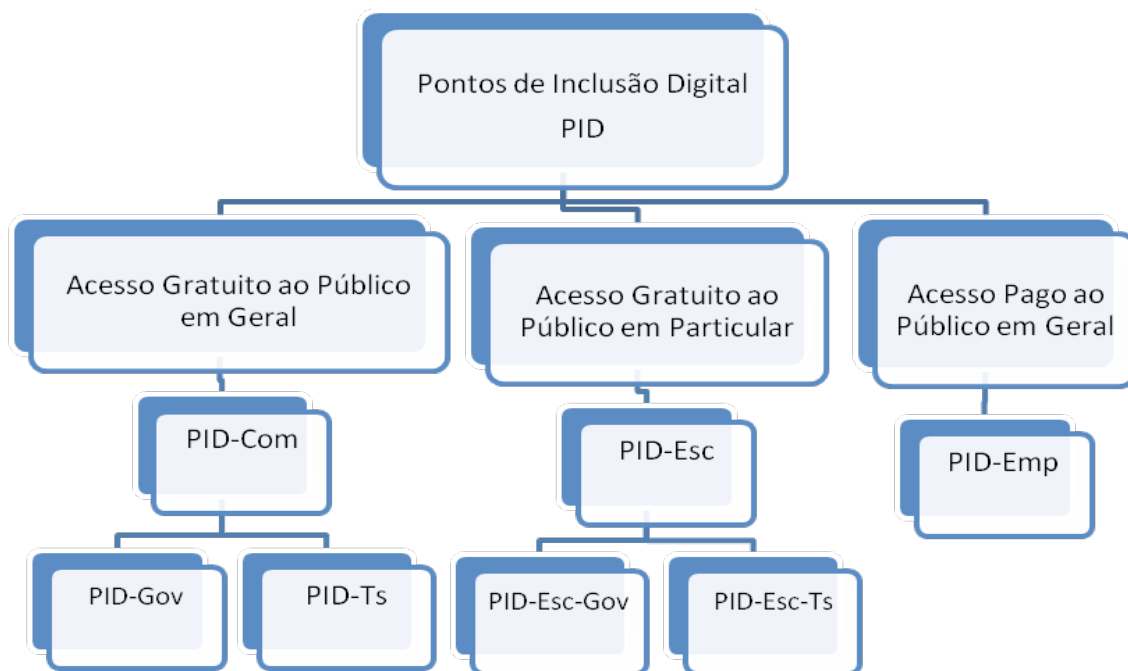
Na sequência, os novos quantitativos de PID foram classificados conforme algumas categorias da tipologia de PID<sup>4</sup> (figura 2).

December 2011, Mauritius. Disponível em: [http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/events/wtim2012/007-E\\_doc.pdf](http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/events/wtim2012/007-E_doc.pdf)  
Acesso em 31 maio 2013.

<sup>4</sup> PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. O censo MID Pará sob a ótica dos indicadores internacionais de acesso universal. Brasília: Ibict/MID, outubro 2010.

FIGURA 2

Tipologia de pontos de inclusão digital



PID-Com: Pontos de Inclusão Digital Comunitários

PID-Gov: Pontos de Inclusão Digital Apoiados pelo Governo

PID-Ts: Pontos de Inclusão Digital Apoiados pelo Terceiro Setor

PID-Esc: Pontos de Inclusão Digital em Escolas

PID-Esc-Gov: Pontos de Inclusão Digital em Escolas do Governo

PID-Esc-Ts: Pontos de Inclusão Digital em Escolas do Terceiro Setor

PID-Emp: Pontos de Inclusão Digital Empresariais

Ambos os tipos de PID caracterizam-se pela natureza de seus empreendimentos, sem fins lucrativos, e constituem-se em locais dotados de computadores conectados à internet, decorrentes de medidas governamentais e/ou mantidos pela sociedade civil. Os primeiros acolhem o público em geral, e os segundos acolhem estudantes, professores e funcionários das redes de escolas públicas federais, estaduais e municipais. Eventualmente, há escolas que abrem seus laboratórios de informática para acolher a comunidade em seu entorno. Mas isso não é regra geral. Como modalidade de PID-Com, encontram-se os assim chamados telecentros e infocentros.

Os PID de acesso pago (*lanhouses*)<sup>5</sup>, bem como os de acesso gratuito<sup>6</sup>, foram objeto de levantamento e

<sup>5</sup> IBICT. Mapa de Inclusão Digital: Pesquisa 2007/2008. Pesquisa Sobre Centros Públicos de Acesso Pago no Brasil: Relatório Final. Brasília: IBICT, Julho/2009. Projeto “Atualização dos Processos de Gestão e Disseminação de Informações em C&T no IBICT” PRODOC 914 BRA 2015. Coordenação: Maria de Nazaré Freitas Pereira.

<sup>6</sup> IBICT. Mapa de Inclusão Digital: Pesquisa 2007/2008. Pesquisa Sobre Centros Públicos de Acesso Gratuito no Brasil: Relatório Final. Brasília: IBICT, Agosto/2009. Projeto “Atualização dos Processos de Gestão e Disseminação de Informações em C&T

pesquisa por parte do MID, em 2009. Mas a partir desse momento, a atribuição de conduzir estudos sobre as *lambouses* passou para o Sebrae, que para isso firmou convênio com a Associação Brasileira de Centros de Inclusão Digital (ABICD).

Após a separação dos PID em telecentros e laboratórios de informática em escolas, efetuou-se sua distribuição pelos estados da federação.

Particularmente sobre a exploração de bases de dados/listagens *Excel* de grandes iniciativas/programas de inclusão digital, cabe acrescentar a ausência de base/lista do Programa Nacional de Tecnologia Educacional<sup>7</sup> (ProInfo/Ministério da Educação), entre as que são acessadas pela equipe do MID. Em decorrência, há irrisória presença de PID em escolas públicas na condição de laboratórios de informática, precisamente 4.654. Esse número decorre da presença do ProInfo em listagens de outros programas, principalmente o Gesac, com quem tem parceria. No artigo desta edição temática, *Inclusão digital no ProInfo integrado: perspectivas de uma política governamental*, Damasceno, Bonilla e Passos<sup>8</sup> apresentam a cifra de 104.373 laboratórios instalados em escolas do país, conforme dados do *site* do MEC, em março de 2013. Ou seja, o MID registra apenas 4% do total do ProInfo. Por essa razão, decidiu-se excluir, após apresentação do MID como um todo (item 3.1), os registros do ProInfo.

Os procedimentos anteriores aplicados aos quantitativos de PID, desta vez sem as escolas, cujos laboratórios são implantados pelo ProInfo, permitiram as análises constantes do item 3.2, em que basicamente se apresentam os telecentros e outros laboratórios de informática em escolas públicas, conforme as localidades em que se situam estejam no meio urbano ou rural.

Finalmente, no item 3.3, para derivação dos indicadores os quantitativos de PID foram trabalhados conforme as orientações de cálculo constantes no documento da ITU - *Draft key indicators of the telecommunication/ICT sector*<sup>9</sup>.

Os cálculos de localidade foram realizados conforme a base territorial do IBGE<sup>10</sup>.

Foram selecionados os seguintes indicadores: de uso e infraestrutura; territorial, e de utilização de infraestrutura (quadro 1). Não há desagregação, conforme o tipo de PID, dos indicadores territoriais e nem dos que se referem à utilização de infraestrutura.

no IBICT” PRODOC 914 BRA 2015. Coordenação: Maria de Nazaré Freitas Pereira. IBICT. Mapa de Inclusão Digital: Pesquisa 2007/2008. Censo Maranhão de Inclusão Digital: Relatório Final. Brasília: IBICT, Novembro/2009. Coordenação: Maria de Nazaré Freitas Pereira.

<sup>7</sup> Programa educacional criado pela Portaria nº 522/MEC, de 9 de abril de 1997, para promover o uso pedagógico das tecnologias de informática e comunicações (TICs) na rede pública de ensino fundamental e médio.

<sup>8</sup> DAMASCENO, Handherson Leylton Costa; BONILLA, Maria Helena Silveira; PASSOS, Maria Sigmar Coutinho. *Inclusão digital no ProInfo integrado: perspectivas de uma política governamental*. *Inclusão Social*, IBICT. v. 5, n.2, p. xxx, jan./jun. 2012.

<sup>9</sup> INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION. *Draft key indicators of the telecommunication/ICT sector*. In: WORLD TELECOMMUNICATION/ICT INDICATORS MEETING, 5th, 11- 13 October 2006, Geneva Mauritius. Disponível em: [http://www.mtic.gov.md/img/pdf/IndicUIT20061025\\_en.pdf](http://www.mtic.gov.md/img/pdf/IndicUIT20061025_en.pdf) Acesso em 06 junho 2013.

<sup>10</sup> IBGE. BR Localidades 2010. v1.mdb. Disponível em: [ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao\\_territorial/localidades/](ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/localidades/) Acesso em 30 junho 2013. IBGE. Cadastro de localidades brasileiras. Disponível em: <http://www.metadados.geo.ibge.gov.br/geonetwork/srv/br/metadata.show?id=16996> Acesso em 30 junho 2013. IBGE. Cadastro de localidades selecionadas. Disponível em: [ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao\\_territorial/localidades/cadastro\\_localidades\\_selecionadas.pdf](ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/localidades/cadastro_localidades_selecionadas.pdf) Acesso em 30 junho 2013.

## QUADRO 1

## Indicadores selecionados de centros públicos de acesso à internet no Brasil

INDICADOR	REFERÊNCIA ITU	PROCEDIMENTOS DE CÁLCULO
<b>Indicador de Uso e Infraestrutura</b>		
CCD/TC Número Total de Centros Comunitários Digitais Obs: Acesso Público – Telecentros	ITU - PIAC6 (39.1)	É um somatório de todos os CCD/TC
CCD/ESC Número Total de Outros Centros Comunitários Digitais Obs: Acesso Restrito	ITU - PIAC7 (39.2)	É um somatório de todos os CCD/ESC
<b>Indicador Territorial</b>		
Número de localidades com CCD	ITU – PIAC (39.3)	É o número total de localidades do país que têm pelo menos um CCD. Pode ser desagregado por: faixas de tamanho da população e/ou por zonas urbanas e rurais e por públicos/governamental e privados.
Número de Municípios com CCD		É o número total de municípios do país que têm pelo menos um CCD localizado na zona urbana e na zona rural.
Percentual de Localidades com CCD	ITU - PIAC1 (39.4)	O indicador é obtido dividindo-se o número de localidades, com pelo menos um CCD, pelo número de localidades do país e multiplicado por 100. É sugerido que o indicador seja desagregado por tamanho de localidades urbanas e rurais. O indicador reflete quantas localidades - urbanas e rurais - no país têm um CCD.
<b>Indicador de Utilização de Infraestrutura</b>		
Densidade dos CCD	Questionário ITU Taller	Urbano: é calculado dividindo-se o número de CCD nas áreas urbanas pela população objetivo nas mesmas áreas e multiplicando-se o resultado por 1.000 habitantes. Rural: é calculado dividindo-se o número de CCD nas áreas rurais pela população objetivo nas mesmas áreas e multiplicando-se o resultado por 1.000 habitantes.

## 3 RESULTADOS

Os resultados contemplam análise de todos os registros do MID, no item 3.1, com uma visão geral de sua distribuição pelos estados e do crescimento do número de registros inseridos na base, que foi da ordem de 36%, no período de 2010/2012.

No item 3.2 procede-se a apresentação de telecentros e laboratórios de informática em escolas, em quantitativos mais próximos da realidade, ainda que parcial, destacando-se sua distribuição no meio rural e urbano, com agregações de dados populacionais e de distribuição regional.

Finalmente, no item 3.3 destacam-se alguns indicadores de acesso à internet.

## 3.1 Registros da base de dados do mapa de inclusão digital

Os 28 mil e 800 PID encontram-se distribuídos nas 27 unidades da federação, com São Paulo e Minas Gerais como os dois únicos estados que possuem mais de 10% do total, respectivamente 17% e 13% (tabela 1).

TABELA 1

Distribuição dos pontos de inclusão digital pelos estados

UF	Total PID	%
 AC - Acre	147	1%
 AL - Alagoas	358	1%
 AM - Amazonas	673	2%
 AP - Amapá	144	1%
 BA - Bahia	2.595	9%
 CE - Ceará	1.471	5%
 DF - Distrito Federal	388	1%
 ES - Espírito Santo	586	2%
 GO - Goiás	869	3%
 MA - Maranhão	824	3%
 MG - Minas Gerais	3.881	13%
 MS - Mato Grosso do Sul	371	1%
 MT - Mato Grosso	540	2%
 PA - Pará	1.065	4%
 PB - Paraíba	629	2%
 PE - Pernambuco	2.121	7%
 PI - Piauí	600	2%
 PR - Paraná	1.407	5%
 RJ - Rio de Janeiro	1.364	5%
 RN - Rio Grande do Norte	709	2%
 RO - Rondônia	146	1%
 RR - Roraima	163	1%
 RS - Rio Grande do Sul	1.228	4%
 SC - Santa Catarina	844	3%
 SE - Sergipe	271	1%
 SP - São Paulo	5.091	18%
 TO - Tocantins	315	1%
<b>Total Geral</b>	<b>28.800</b>	<b>100</b>

Fonte: MID/IBICT – Julho 2012

A taxa de crescimento nacional no número de registros de PID é de 36%, no período de dois anos. As maiores taxas, todas acima de 50%, ocorrem em oito estados, todos eles situados em regiões menos favorecidas do país – Norte, Nordeste e Centro-oeste -; do ponto de vista da geração de riqueza e renda: Bahia (67%), Roraima (64%), Mato Grosso (58%) Piauí (58%), Paraíba (56%), Acre (55%), Amazonas (54%) e Alagoas (52%) (tabela 2).




























Contudo, o crescimento observado em estados da região Nordeste - Bahia, 67%, Piauí, 58%, Paraíba, 56% e Alagoas, 52% (tabela 2) - não ocorreu de forma a aumentar a expressão dessa região no grupo dos estados que respondem por mais da metade dos PID no país. Dentre os estados que mais cresceram no Nordeste, apenas um, a Bahia, encontra-se no citado grupo (tabela 3), com destaque para o Programa Cidadania Digital implementado pelo governo baiano, com quase mil PID registrados na Base MID. No

outro extremo, com menos de 2% do total dos PID, encontram-se antigos territórios federais, hoje elevados à condição de estado: Roraima, Acre, Rondônia e Amapá, cada um deles com

menos de 1% (tabela 3). Desses, apenas o Acre conta com programa de inclusão digital estadual. Os outros dois dependem de parcerias com o governo federal ou o terceiro setor.

TABELA 2

Taxa de crescimento de registro de PID

UF	Total PID (Julho/2010) (A)	Total Novos Registros (B)	Total PID (Julho/2012) (A+B)	Crescimento
 AC - Acre	95	52	147	55%
 AL - Alagoas	171	187	358	52%
 AM - Amazonas	310	363	673	54%
 AP - Amapá	85	59	144	40%
 BA - Bahia	846	1.749	2.595	67%
 CE - Ceará	976	495	1.471	34%
 DF - Distrito Federal	245	143	388	37%
 ES - Espírito Santo	445	140	586	24%
 GO - Goiás	607	262	869	30%
 MA - Maranhão	549	275	824	34%
 MG - Minas Gerais	2.029	1.852	3.881	48%
 MS - Mato Grosso do Sul	240	131	371	35%
 MT - Mato Grosso	226	314	540	58%
 PA - Pará	676	389	1.065	36%
 PB - Paraíba	275	354	629	56%
 PE - Pernambuco	1.784	337	2.121	16%
 PI - Piauí	254	346	600	58%
 PR - Paraná	933	474	1.407	34%
 RJ - Rio de Janeiro	1.149	215	1.364	16%
 RN - Rio Grande do Norte	383	326	709	46%
 RO - Rondônia	95	51	146	35%
 RR - Roraima	59	104	163	64%
 RS - Rio Grande do Sul	795	435	1.228	35%
 SC - Santa Catarina	621	223	844	26%
 SE - Sergipe	146	125	271	46%
 SP - São Paulo	3.908	1.183	5.091	23%
 TO - Tocantins	159	156	315	49%
<b>Total</b>	<b>18.063</b>	<b>10.739</b>	<b>28.800</b>	<b>36%</b>

Fonte: MID/IBICT – Julho 2012



























Comprovando as análises anteriores, a distribuição regional ocorre com as maiores concentrações nas regiões Sudeste e Nordeste com percentuais bastante próximos, respectivamente 38% e 33% (tabela 4 e gráfico 1), o que representa sem dúvida grande avanço, quando se pensa em outras dimensões como a educação pública, por exemplo.

Quanto ao tipo de PID, os 28 mil e 800 pontos encontram-se distribuídos entre telecentros

e laboratórios de informática, totalizando, respectivamente, 17.057 e 11.743. Como se observa, há mais telecentros do que laboratórios, os primeiros de acesso público e os segundos de acesso restrito apenas a professores e alunos das escolas públicas em que são localizados (tabela 5). Mas é importante marcar que o total de laboratórios está longe de representar o total implantado no país pelo ProInfo. Como se disse inicialmente, o número oficial de laboratórios em funcionamento




TABELA 3

Distribuição simples e acumulada dos pontos de inclusão digital pelos estados

UF	Simple	% Simple	Acumulado	% Acumulado
 SP - São Paulo	5.091	18%	5.091	18%
 MG - Minas Gerais	3.881	13%	8.972	31%
 BA - Bahia	2.595	9%	11.567	40%
 PE - Pernambuco	2.121	7%	13.688	48%
 CE - Ceará	1.471	5%	15.159	53%
 PR - Paraná	1.407	5%	16.566	58%
 RJ - Rio de Janeiro	1.364	5%	17.930	62%
 RS - Rio Grande do Sul	1.228	4%	19.158	67%
 PA - Pará	1.065	4%	20.223	70%
 GO - Goiás	869	3%	21.092	73%
 SC - Santa Catarina	844	3%	21.936	76%
 MA - Maranhão	824	3%	22.760	79%
 RN - Rio Grande do Norte	709	2%	23.469	81%
 AM - Amazonas	673	2%	24.142	84%
 PB - Paraíba	629	2%	24.771	86%
 PI - Piauí	600	2%	25.371	88%
 ES - Espírito Santo	586	2%	25.957	90%
 MT - Mato Grosso	540	2%	26.497	92%
 DF - Distrito Federal	388	1%	26.885	93%
 MS - Mato Grosso do Sul	371	1%	27.256	95%
 AL - Alagoas	358	1%	27.614	96%
 TO - Tocantins	315	1%	27.929	97%
 SE - Sergipe	271	1%	28.200	98%
 RR - Roraima	163	1%	28.363	98%

(continua)

TABELA 3 - Conclusão
















UF	Simple	% Simple	Acumulado	% Acumulado
 AC - Acre	147	1%	28.510	99%
 RO - Rondônia	146	1%	28.656	100%
 AP - Amapá	144	1%	28.800	100%
Total	28.800	100		

Fonte: MID/IBICT – Julho 2012

no país é superior a 100 mil, de sorte que há apenas 4% deles registrados na base MID, pelas razões já explicitadas na metodologia.

No item a seguir procede-se a ajustes na radiografia estatística, através da exclusão dos quantitativos que se referem a 4.654 registros de escolas ProInfo nos quais não há parceria com outros programas de inclusão digital.

TABELA 4  
Distribuição regional de PID

Região/Estados	Quantidade
 AC - Acre	147
 AM - Amazonas	673
 AP - Amapá	144
 PA - Pará	1.065
 RO - Rondônia	146
 RR - Roraima	163
 TO - Tocantins	315
Total Região Norte	2.653 (9%)
<b>Nordeste</b>	
 AL - Alagoas	358
 BA - Bahia	2.595
 CE - Ceará	1.471
 MA - Maranhão	824
 PB - Paraíba	629
 PE - Pernambuco	2.121
 PI - Piauí	600
 RN - Rio Grande do Norte	708

(Continua)

TABELA 4 - Conclusão

 SE - Sergipe	271
Total Região Nordeste	9.577 (33%)
<b>Centro-oeste</b>	
 DF - Distrito Federal	388
 GO - Goiás	869
 MS - Mato Grosso do Sul	371
 MT - Mato Grosso	540
Total Região Centro-oeste	2.168 (8%)
<b>Sudeste</b>	
 ES - Espírito Santo	586
 MG - Minas Gerais	3.881
 RJ - Rio de Janeiro	1.364
 SP - São Paulo	5.091
Total Região Sudeste	10.922 (38%)
<b>Sul</b>	
 PR - Paraná	1.407
 SC - Santa Catarina	844
 RS - Rio Grande do Sul	1.229
Total Região Sul	3.480 (12%)
<b>Total Brasil</b>	<b>28.800 (100%)</b>

Fonte: MID/IBICT – Julho 2012



























### 3.2 Telecentros e laboratórios de informática nos meios urbano e rural

Antecedendo a apresentação da distribuição dos telecentros e laboratórios de informática nas escolas nos meios urbano e rural, a tabela a seguir distribui estas duas modalidades de PID entre os estados da federação (tabela 6).

O ordenamento decrescente da coluna de telecentros permite observar os cinco estados que dispõem dos maiores quantitativos deles: Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Paraná e Rio de Janeiro juntos respondem por mais de 50% (8.936 em um total de 17.057) dos telecentros implantados no país (tabela 6).

TABELA 5

Distribuição por tipo de PID: telecentro e laboratório de informática nas unidades da federação (\*)

UF	Telecentro/ Infocentro	%	Lab. Informática (Escolas)	%	Total
 MG - Minas Gerais	2743	16,1	1138	10	3881
 SP - São Paulo	2547	15	2544	22	5091
 BA - Bahia	1734	10,2	861	7	2595
 PR - Paraná	1026	6	381	3	1407
 RJ - Rio de Janeiro	886	5,2	478	4	1364
 RS - Rio Grande do Sul	831	4,9	398	3	1229
 CE - Ceará	812	4,8	659	6	1471
 PA - Pará	603	3,5	462	4	1065
 GO - Goiás	585	3,4	284	2	869
 PE - Pernambuco	520	3,1	1601	14	2121
 SC - Santa Catarina	492	32,9	352	3	844
 MT - Mato Grosso	438	2,6	102	1	540
 RN - Rio Grande do Norte	423	2,5	285	2	708
 PB - Paraíba	412	2,4	217	2	629
UF	Telecentro/ Infocentro	%	Lab. Informática (Escolas)	%	Total
 AM - Amazonas	390	2,3	284	2	674
 PI - Piauí	385	2,3	215	2	600
 MA - Maranhão	383	2,2	441	4	824
 ES - Espírito Santo	338	2	248	2	586
DF - Distrito Federal	306	1,8	82	1	388
 MS - Mato Grosso do Sul	272	1,6	99	1	371
 AL - Alagoas	231	1,4	127	1	358
 TO - Tocantins	188	1,1	127	1	315
 SE - Sergipe	166	1	105	1	271
 AC - Acre	117	0,7	30	0,3	147
 RO - Rondônia	99	0,6	47	0,4	146
 RR - Roraima	71	0,4	92	0,8	163
 AP - Amapá	59	0,3	84	0,7	143
<b>TOTAL</b>	<b>17057</b>	<b>100</b>	<b>11743</b>	<b>100</b>	<b>28800</b>

Fonte: MID – BI / Ibict. 2012/ 2013

(\*) inclui dados parciais do ProInfo.

Aplicando o mesmo raciocínio para os laboratórios de informática (coluna três), com a ressalva anteriormente sobre a parcialidade de seu total, observa-se que do conjunto de estados com mais da metade dos telecentros, apenas o Paraná e o Rio de Janeiro não

se encontram presentes no grupo de cinco estados – Pernambuco (1.549 laboratórios), São Paulo (1.508), Minas Gerais (691), Bahia (631) e Ceará (407), que respondem por mais de 50% (4.786 em um total de 7.085) dos laboratórios (tabela 6).

TABELA 6

Distribuição dos telecentros e laboratórios de informática (\*)

UF	Telecentro/ Infocentro	%	Lab. Informática (Escolas)	%	Total s/ ProInfo
Minas Gerais	2.743	16,1	691	9,7	3.434
São Paulo	2.547	15	1.508	21,3	4.055
Bahia	1.734	10,2	631	8,9	2.365
Paraná	1.026	6	88	1,2	1.114
Rio de Janeiro	886	5,2	145	2	1.031
Rio Grande do Sul	831	4,9	127	1,8	958
Ceará	812	4,8	407	5,7	1.219
Pará	603	3,5	312	4,4	915
Goiás	585	3,4	32	0,5	617
Pernambuco	520	3,1	1.549	21,8	2.069
Santa Catarina	492	2,9	55	0,8	547
Mato Grosso	438	2,6	46	0,6	484
Rio Grande do Norte	423	2,5	252	3,6	675
Paraíba	412	2,4	172	2,4	584
Amazonas	390	2,3	223	3,1	613
Piauí	385	2,3	143	2	528
Maranhão	383	2,2	16	0,2	399
Espírito Santo	338	2	175	2,5	513
Distrito Federal	306	1,8	27	0,4	333
Mato Grosso do Sul	272	1,6	42	0,6	314
Alagoas	231	1,4	84	1,2	315
Tocantins	188	1,1	105	1,5	293
UF	Telecentro/ Infocentro	%	Lab. Informática (Escolas)	%	Total s/ ProInfo
Sergipe	166	1	77	1	243
Acre	117	0,7	13	0,2	130
Rondônia	99	0,6	21	0,3	120
Roraima	71	0,4	89	1,3	160
Amapá	59	0,3	55	0,8	114
<b>TOTAL</b>	<b>17.057</b>	<b>100</b>	<b>7.085</b>	<b>100</b>	<b>24.142</b>

Fonte: MID – BI / Ibict. 2012/ 2013

(\*) sem dados parciais do ProInfo.

Considerando agora a distribuição segmentada dos PID, o conjunto dos melhores estados em desempenho quantitativo passa a ser formado por São Paulo, Minas Gerais e Bahia, que ocupam os três primeiros lugares tanto na implantação de telecentros quanto de laboratórios em escolas. Em seguida situam-se Paraná, Rio de Janeiro, Ceará e Pernambuco, com posição de destaque em um ou outro tipo de modalidade de PID (tabela 6). Todos esses estados contam com programas de inclusão digital, alguns voltados especificamente para as escolas, bastante atuantes, seja no âmbito do próprio governo estadual e/ou municipal, em parceria com o governo federal ou com o terceiro setor:

São Paulo: ACESSA São Paulo (programa estadual); Informática Educativa, Telecentros São Paulo (programas municipais); Gesac/Ministério das Comunicações; Telecentros Comunitários Banco do Brasil (programas federais).

Minas Gerais: Projeto Inclusão Digital MG (programa estadual); BH Digital (programa municipal); Gesac/Ministério das Comunicações; Telecentros de Informação e Negócios/ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (TIN/MDIC) (programas federais); Oi Conecta – Oi Futuro (programa terceiro setor).

Bahia: Cidadania Digital (programa estadual); Inclusão Digital para Inclusão Sócio-Digital (programa municipal); Gesac/Ministério das Comunicações; Telecentros de Informação e Negócios/ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (TIN/MDIC) (programas federais).

Pernambuco: Informática para a Comunidade (programa estadual); Gesac/Ministério das Comunicações; Telecentros de Informação e Negócios/ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (TIN/MDIC) (programas federais); Oi Conecta – Oi Futuro; Tonomundo (programas terceiro setor).

Ceará: Ilha Digital e Projeto e-jovem (programas estaduais); Gesac/Ministério das Comunicações; Telecentros de Informação e Negócios/ Ministério do

Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (TIN/MDIC); Telecentros Comunitários Banco do Brasil (programas federais); Oi Conecta – Oi Futuro (programa terceiro setor).

Rio de Janeiro: Faetec Digital e Internet Comunitária (programas estaduais); Gesac /Ministério das Comunicações; Telecentros de Informação e Negócios/ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (TIN/MDIC); Telecentros Comunitários Banco do Brasil (programas federais); Escolas de Informática e Cidadania (EIC)/CDI (programa terceiro setor).

Paraná: Paranavegar e Paraná Digital (programas estaduais); Farol do Saber (programa municipal); Gesac /Ministério das Comunicações; Programa Mais Cultura/Ministério da Cultura; Telecentros Comunitários Banco do Brasil (programas federais).

Os quatro gráficos a seguir (gráficos 2, 3, 4 e 5) resumem a distribuição dos telecentros e laboratórios de informática nas escolas nas zonas urbanas e rural. Os dois primeiros agregam dados regionais e os dois seguintes destacam, além desses, os dados de população.

O primeiro deles (gráfico 2) exhibe os telecentros, sendo possível observar a expressão quantitativa da distribuição pelas zonas urbana e rural, conforme a região em que eles se situam. A esmagadora concentração em todas as regiões é na zona urbana. E o gráfico que exhibe a situação dos laboratórios nas escolas (gráfico 3) não é muito diferente. E as tabelas síntese ao pé de cada gráfico permitem observar que não há qualquer diferença estatística significativa entre as regiões com respeito à distribuição rural e urbano em nenhum dos tipos de PID.

Pode-se supor que isso advém da falta dos quantitativos do ProInfo na amostra. É uma possibilidade. Mas também pode decorrer da falta de infraestrutura de telefonia e de investimentos nas escolas do meio rural pelos governadores de seus estados.

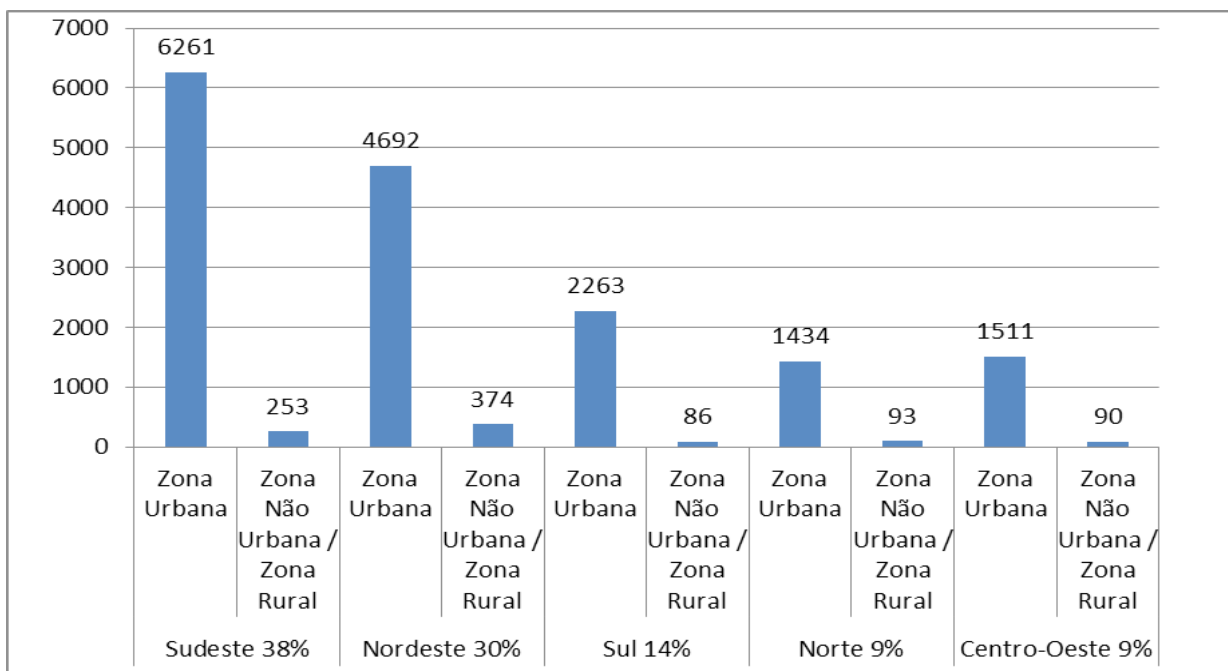
Os dois últimos gráficos, 5 e 6, agregam dados populacionais aos mesmos dados anteriormente apresentados nos gráficos 3 e 4.

Observa-se, no caso dos telecentros, que enquanto a distribuição estatística da população que vive no meio rural varia entre 27% (Norte e Nordeste) e 7% (Sudeste), passando por 15% (Sul) e 11% (Centro-Oeste), a distribuição dos PID não passa dos 10%, com o menor percentual nas regiões Sudeste e Sul (4%) e maior na região Nordeste (8%) (gráfico 4).

No caso dos laboratórios de informática nas escolas (gráfico 5), a distribuição dos PID no meio rural apresenta dois extremos: 13% na região Centro-Oeste e 2% na região Sudeste, onde o número de habitantes representa 11% e 7%, respectivamente.

## GRÁFICO 2

Distribuição de telecentros por região e tipo de localização

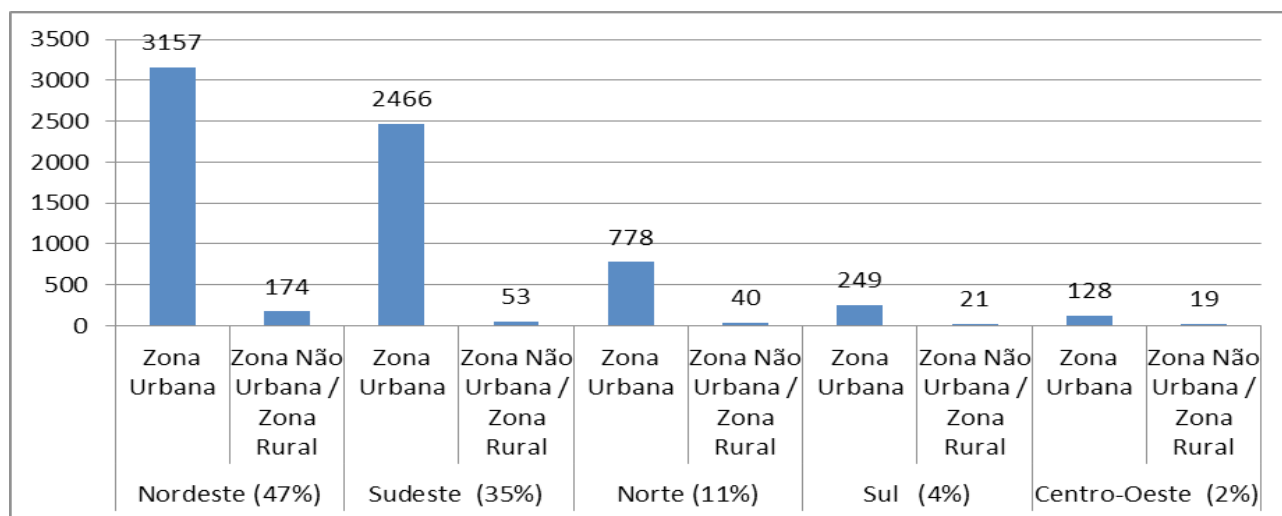


REGIÃO	TELECENTROS		TOTAL
	Zona Urbana	Zona Rural	
Sudeste	6.261 (96%)	253 (4%)	6.514 (100%)
Nordeste	4.692 (92%)	374 (8%)	5.066 (100%)
Sul	2.263 (96%)	86 (4%)	2.349 (100%)
Norte	1.434 (94%)	93 (6%)	1.527 (100%)
Centro-Oeste	1.511 (94%)	90 (6%)	1.601 (100%)
TOTAL	16.161 (95%)	896 (5%)	17.057 (100%)

Fonte: MID – BI / Ibict. 2012/ 2013

## GRÁFICO 3

Distribuição de laboratórios de informática nas escolas por região e tipo de localização

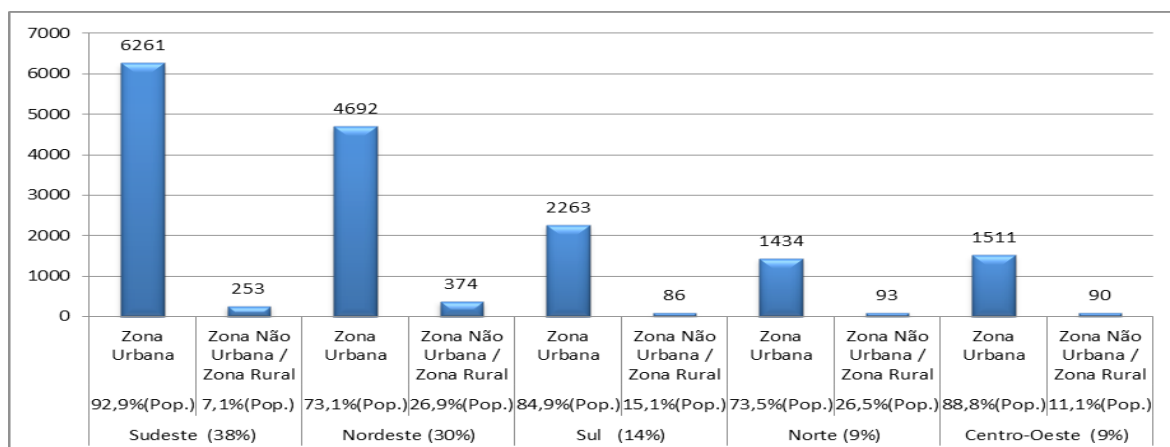


REGIÃO	LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA NAS ESCOLAS		TOTAL
	Zona Urbana	Zona Rural	
Nordeste	3.157 (95%)	174 (5%)	3.331 (100%)
Sudeste	2.466 (98%)	53 (2%)	2.519 (100%)
Norte	778 (95%)	40 (5%)	818 (100%)
Sul	249 (92%)	21 (8%)	270 (100%)
Centro-Oeste	128 (87%)	19 (13%)	147 (100%)
<b>TOTAL</b>	<b>6.778 (96%)</b>	<b>307 (4%)</b>	<b>7.085 (100%)</b>

Fonte: MID – BI / Ibict. 2012/ 2013

## GRÁFICO 4

Distribuição de telecentros por região, tipo de localização e com percentual de população urbana / rural



REGIÃO	TELECENTROS		TOTAL	% População Urbana	% População Rural
	Zona Urbana	Zona Rural			
Sudeste	6.261 (96%)	253 (4%)	6.514 (100%)	92,9%	7,1%
Nordeste	4.692 (92%)	374 (8%)	5.066 (100%)	73,1%	26,9%
Sul	2.263 (96%)	86 (4%)	2.349 (100%)	84,9%	15,1%
Norte	1.434 (94%)	93 (6%)	1.527 (100%)	73,5%	26,5%
Centro-Oeste	1.511 (94%)	90 (6%)	1.601 (100%)	88,8%	11,1%
TOTAL	16.161 (95%)	896 (5%)	17.057 (100%)		

Fonte: MID – BI / Ibict. 2012/ 2013

Resumindo, é extremamente desigual o movimento de inclusão digital no Brasil, com claro favorecimento do meio urbano sobre o meio rural, seja qual for o motivo - ou os motivos - por isso responsável.

### 3.3 – Indicadores de acesso à internet

Os indicadores a seguir se referem a Centros Comunitários Digitais (CCD) e não a Pontos de Inclusão Digital (PID) por necessidade de manter a compatibilidade com a nomenclatura internacional,

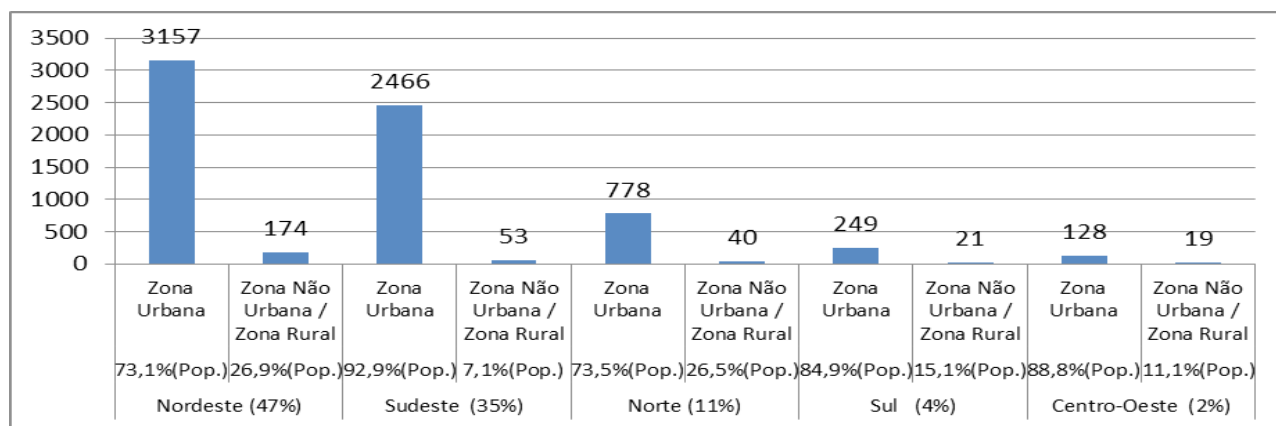
ainda que eles não sejam mais objeto de divulgação neste âmbito, por parte da ITU.

O primeiro indicador de uso e infraestrutura corresponde aos números de telecentros e de laboratórios já mencionados anteriormente, respectivamente 17.057 e 7.085.

O primeiro indicador territorial, o de número de localidades que têm pelo menos um CCD (inclui telecentros e laboratórios de informática nas escolas),

### GRÁFICO 5

Distribuição de laboratórios de informática nas escolas por região, tipo de localização e com percentual de população urbana / rural



REGIÃO	LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA NAS ESCOLAS		TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	% POPULAÇÃO RURAL
	Zona Urbana	Zona Rural			
Nordeste	3.157 (95%)	174 (5%)	3.331 (100%)	73,1%	26,9%
Sudeste	2.466 (98%)	53 (2%)	2.519 (100%)	92,9%	7,1%
Norte	778 (95%)	40 (5%)	818 (100%)	73,5%	26,5%
Sul	249 (92%)	21 (8%)	270 (100%)	84,9%	15,1%
Centro-oeste	128 (87%)	19 (13%)	147 (100%)	88,8%	11,1%
TOTAL	6.778 (96%)	307 (4%)	7.085 (100%)		

Fonte: MID – BI / Ibict. 2012/ 2013



indica 5.157 localidades na zona urbana e 911 na zona rural, cuja diferença brutal tão somente confirma as estatísticas anteriormente apresentadas e analisadas. O total de localidades no Brasil é de 21.304, sendo 12.005 situadas no meio urbano e 9.881 no meio rural. Ou seja, no meio urbano há 6.848 localidades sem nenhum CDC. E no meio rural esse número é de 8.970, a esmagadora maioria.

O segundo indicador territorial, o de número de municípios que têm pelo menos um CCD, indica 4.231 municípios na zona urbana e 1.043 na zona rural, totalizando 5.274 municípios, o que corresponde ao total deles no país. Ou seja, não há nenhum município sem acesso público à internet, na forma de um telecentro ou de um laboratório de informática na escola.

Finalmente, como decorrência de todas as distribuições estatísticas anteriormente apresentadas, a densidade dos CCD é de 1,060 nas áreas urbanas e de 0,23 na rural. Esse indicador mostra a relação entre a população residente em cada uma dessas áreas e a presença de Centros Comunitários Digitais de ambos os tipos (telecentros e laboratórios de informática nas escolas) para serem utilizados ou seja, para cada mil residentes na zona urbana existe 1,060 CDC. E na zona rural, o indicador é de menos de um CDC (0,23) para o mesmo número de habitantes.

## QUADRO 1

Indicadores de acesso à internet em centros públicos de acesso à internet

Indicador de Uso e Infraestrutura	
Número Total de Centros Comunitários Digitais (CCD/TC)	CCD/TC: 17.057
Obs: Acesso Público – Telecentros	
Número Total de Outros Centros Comunitários Digitais (CCD/ESC)	CCD/ESC: 7.085
Obs: Acesso Restrito – Laboratórios de Informática nas Escolas	
Indicador Territorial	
Número de localidades com CCD	Zona Urbana: 5.157 localidades Zona Rural: 911 localidades
Número de municípios com CCD	Zona Urbana: 4.231 municípios Zona Rural: 1.043 municípios
Percentual de localidades com CCD	Zona Urbana: 24,20 Zona Rural: 4,27
Indicador de Utilização de Infraestrutura	
Densidade dos CCD	Nas Áreas Urbanas: 1,060 Nas Áreas Rurais: 0,23

Fonte: MID – BI / Ibict. 2012/ 2013

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, o Ibict se alinha a procedimentos internacionais para medir o avanço de políticas de inclusão digital no país. Nesta primeira edição, é possível visualizar rapidamente o problema da distribuição concentrada dos Centros Públicos de Acesso à Internet no meio urbano. A edição também pode permitir aos grandes agentes de inclusão digital no país verificar o alcance de suas iniciativas, e em seu conjunto, o alcance da própria política nacional.

O trabalho com indicadores requer sistemas de informação de qualidade, exigindo sólida base conceitual, metodológica e operacional. Contudo, como todo e qualquer indicador, os de inclusão digital também são representações parciais da complexa realidade que retratam, não podendo por isso serem tomados de forma isolada. Para decidir o que fazer, há que combinar avaliações qualitativas *in loco*, reuniões com especialistas e tantos outros procedimentos que possam melhorar a tomada de decisão.

O trabalho de coleta de dados dependente de fontes secundárias, principalmente as dos grandes programas de inclusão digital, requer combinação com outras fontes, como a de informantes em redes sociais. Esse é o próximo passo que o Ibict dará para aprimorar a qualidade de seus registros de inclusão digital.

## REFERÊNCIAS

DAMASCENO, Handherson Leylton Costa; BONILLA, Maria Helena Silveira; PASSOS, Maria Sigmar Coutinho. Inclusão digital no ProInfo integrado: perspectivas de uma política governamental. *Inclusão Social*, IBICT. v. 5, n.2, p. xx-xxx, jan./jun. 2012.

HOCK, Koay. Report of the Expert Group on Telecommunication/ICT Indicators (EGTI) by the Chair. In: ITU WORLD TELECOMMUNICATION/ICT

INDICATORS MEETING (WTIM), 9th, 7-9 December 2011, Mauritius. Disponível em: <[http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/events/wtim2012/007-E\\_doc.pdf](http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/events/wtim2012/007-E_doc.pdf)>.

Acesso em: 31 maio 2013.

IBGE. BR *Localidades 2010*. v1.mdb. Disponível em: <[ftp://geofp.ibge.gov.br/organizacao\\_territorial/localidades/](ftp://geofp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/localidades/)>. Acesso em: 30 de junho de 2013.

IBGE. *Cadastro de localidades selecionadas*. Disponível em: <[ftp://geofp.ibge.gov.br/organizacao\\_territorial/localidades/cadastro\\_localidades\\_selecionadas.pdf](ftp://geofp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/localidades/cadastro_localidades_selecionadas.pdf)>. Acesso em: 30 de junho de 2013.

IBGE. *Sinopse do Censo Demográfico do IBGE*. Distribuição percentual da população, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=9&uf=00>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

IBGE. *Sinopse do Censo Demográfico do IBGE*. Total população, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação. Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

IBICT. Mapa de Inclusão Digital: Pesquisa 2007/2008. *Censo Maranhão de Inclusão Digital*: Relatório Final. Brasília: IBICT, Novembro/2009. Coordenação: Maria de Nazaré Freitas Pereira.

IBICT. Mapa de Inclusão Digital: Pesquisa 2007/2008. *Pesquisa Sobre Centros Públicos de Acesso Pago no Brasil*: Relatório Final. Brasília: IBICT, Julho/2009. Projeto “Atualização dos Processos de Gestão e Disseminação de Informações em C&T no IBICT” PRODOC 914 BRA 2015. Coordenação: Maria de Nazaré Freitas Pereira.

IBICT. Mapa de Inclusão Digital: Pesquisa 2007/2008. *Pesquisa Sobre Centros Públicos de Acesso Gratuito no Brasil*: Relatório Final. Brasília: IBICT, Agosto/2009. Projeto “Atualização dos Processos de Gestão e Disseminação de Informações em C&T no IBICT” PRODOC 914 BRA 2015. Coordenação: Maria de Nazaré Freitas Pereira.

INTERNATIONAL

TELECOMMUNICATION UNION. Draft key indicators of the telecommunication/ICT sector.

In: WORLD TELECOMMUNICATION/ICT INDICATORS MEETING, 5<sup>th</sup>, 11- 13 October 2006, Geneva Mauritius. Disponível em: <[http://www.mtic.gov.md/img/pdf/IndicUIT20061025\\_en.pdf](http://www.mtic.gov.md/img/pdf/IndicUIT20061025_en.pdf)>. Acesso em> 6 jun. 2013.

PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. *O censo MID/Pará sob a ótica dos indicadores internacionais de acesso universal*. Brasília: Ibict/MID, outubro 2010.

PORCARO, Rosa M. *Tecnologia da comunicação e informação e desenvolvimento de políticas e estratégias de inclusão digital no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

PORCARO, Rosa Maria. *Indicadores internacionais de acesso comunitário: possibilidades e limites da base de dados MID*. Maio/junho 2011. Relatório de bolsista IBICT PCI-BEV.

PORCARO, Rosa Maria; BARRETO, Arnaldo Lyrio. *Acessos público e comunitário à internet na América Latina: identificação de tendências e indicadores chaves*. [s.n.t.]. Versão reduzida.

PORCARO, Rosa Maria; BARRETO, Arnaldo Lyrio. *Acesso comunitário às TICs: uma contribuição ao Manual de Lisboa (Acceso y Uso de las TICs en los centros comunitarios digitales – CCDs)*. [s.n.t.].

## AGRADECIMENTOS

Ao Professor Emir Suaiden, diretor do IBICT, que acolheu, durante a sua gestão, as atividades pioneiras do projeto do Mapa de Inclusão Digital (MID).

À Professora Cecília Leite, coordenadora geral do IBICT, que em sua gestão do projeto inclusão digital permitiu o início das atividades do MID.

A Marcio Henrique dos Santos Rosa, Deborah Proença, Carolina Lucena e Marcos Sigismundo pela implementação do que foi concebido pelo consultor TadaoTakahashi, a quem devemos a arquitetura do SisMid.

À Anaiza Caminha Gaspar, nossa coordenadora, de quem recebemos todo o apoio para incorporação de novas ferramentas e procedimentos que permitiram trabalhar, pela primeira vez, com indicadores de acesso à internet pela via da oferta.

À Fátima Tavares, cujo conhecimento avançado em espaços geográficos resultou em valiosa orientação que permitiu utilizar pela primeira vez as dimensões rural e urbano.

À Karina Penna, Lauro Bessa Lamenza e Odilon Gonçalves Martins pelo rotineiro trabalho de conferência e limpeza dos registros do MID e pela estruturação dos campos de dados que resultou na incorporação, pela primeira vez, de uma ferramenta de *business intelligence* (BI) para tratamento dos dados.